



ISSN: 2358-0844
n. 18, v. 1
out.2022-dez.2022
p. 197-216

Territorialidades periféricas e violências: narrativas de jovens lésbicas envolvidas em facções

(Peripheral territorialities and violence: narratives of young lesbians involved in drug factions)

(Territorialidades periféricas y violencia: narrativas de jóvenes lesbianas involucradas en facciones)

Larissa Ferreira Nunes¹
Mayara Ruth Nishiyama Soares²
Tadeu Lucas de Lavor Filho³
Carla Jéssica de Araújo Gomes⁴
Marta Clarice Nascimento Oliveira⁵
João Paulo Pereira Barros⁶

RESUMO: Temos como objetivo discutir sobre marcas psicossociais da dinâmica da violência urbana nas experiências de adolescentes lésbicas moradoras de periferias de Fortaleza, a quem se atribui o cometimento de ato infracional e sob quem recai a pecha de “envolvidas” em facções criminosas. Para tanto, foram analisadas entrevistas narrativas com cinco adolescentes lésbicas inscritas em facções criminosas. Os resultados e discussões apresentam que a condição de lesbianidade expõe diferencialmente as adolescentes à precarização, colocando-as em condição de maior vulnerabilidade aos conflitos, à morte, à restrição de acesso aos territórios e à repressão policial. Além disso, analisamos as relações afetivas que essas adolescentes têm junto com integrantes de facções e a condição precária a que seus corpos estão submetidos. Concluímos que as transformações sociais do crime produzem efeitos psicossociais nas trajetórias de vida.

PALAVRAS-CHAVE: Adolescência. Criminalidade. Interseccionalidade. Territorialidades. Lesbianidades.

Abstract: Our objective is to discuss the psychosocial dynamics of urban violence in the experiences of adolescent lesbians living in the outskirts of Fortaleza, who are accused of committing infractions and considered “involved” in criminal factions. To this end, narrative interviews with five lesbian adolescents enrolled in criminal factions were analyzed. The results and discussions show that the lesbian condition differentially exposes the adolescents to precariousness, placing them in a condition of greater vulnerability to conflicts, death, restricted access to territories, and police repression. Furthermore, we analyze the affective relationships that these adolescents have with drug faction members and the precarious condition to which their bodies are submitted. We conclude that the social transformations of crime produce psychosocial effects on their life trajectories.

Keywords: Adolescence. Criminality. Intersectionality. Territorialities. Lesbianities.

Resumen: Nuestro objetivo es discutir la dinámica psicosocial de la violencia urbana en las experiencias de adolescentes lesbianas que viven en la periferia de Fortaleza (Brasil), acusadas de cometer infracciones y que son consideradas “involucradas” en facciones criminales. Para ello, se analizaron las entrevistas narrativas con cinco adolescentes lésbicas inscritas a hechos delictivos. Los resultados y las discusiones muestran que la condición de lesbiana plantea un diferencial precario a las adolescentes y las deja en una condición de mayor vulnerabilidad ante el conflicto, la muerte, el acceso restringido a los territorios y la represión policial. Además, analizamos las relaciones afectivas que estas adolescentes mantienen con los miembros de la facción y la condición precaria a la que se someten sus cuerpos. Concluimos que las

1 Universidade Federal do Ceará. Email: larissafnpsico@gmail.com

2 Universidade Federal do Ceará. Email: mayararnishiyama@gmail.com

3 Universidade Federal do Ceará/Universidade Estadual do Ceará. Email: tadeulucaslf@gmail.com

4 Universidade Federal do Ceará. Email: carlajessica.cjag@gmail.com

5 Universidade Federal do Ceará. Email: martaclarice03@gmail.com

6 Universidade Federal do Ceará. Email: joaopaulobarros07@gmail.com



Artigo licenciado sob forma de uma licença Creative Commons [Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/). (CC BY-NC 4.0)

Recebido em 30/06/2022

Aceito em 31/08/2022

transformaciones sociales de la delincuencia producen efectos psicosociales en sus trayectorias de vida.
Palabras clave: Adolescencia. Criminalidad. Interseccionalidad. Territorialidades. Lesbialidades.

1 Introdução

As transformações sociais do crime, suas restrições sobre o direito à cidade e as históricas hierarquias de gênero ligadas ao cisheteropatriarcado têm afetado fortemente a vida de adolescentes LGBTQIAP+ em periferias urbanas. Diante disso, temos como objetivo discutir sobre marcas da dinâmica psicossocial da violência urbana nas experiências de adolescentes lésbicas moradoras de periferias de Fortaleza, a quem se atribui o cometimento de ato infracional análogo ao tráfico de drogas e sobre quem recai a pecha de “envolvidas” em facções criminosas atuantes na capital cearense.

Nos últimos anos, tem crescido significativamente o número de adolescentes e jovens mulheres vítimas de assassinatos nas dinâmicas dos conflitos urbanos entre grupos que disputavam mercados de drogas e armas dentro da prisão e em territorialidades periferizadas. (CEARÁ, 2021) Conforme apontam Sousa, Nunes e Barros (2020), no Ceará, além dessa maior vitimização feminina, observa-se a especificidade com que estas são mortas no contexto da violência urbana: em geral, vítimas de torturas seguidas de assassinato, com todo o processo filmado e divulgado em redes sociais pelos agressores. Ainda destacam que as agressões ocorrem com requintes de crueldade e com traços misóginos ao transformarem corpos feminizados e genderizados em territórios de disputas masculinistas. Por fim, salientam que essas mortes são efeitos do femi-genocídio enquanto tecnologia de poder sobre a vida de adolescentes e jovens mulheres moradoras de periferias controladas por facções criminosas.

Cabe salientar que antes da vida dessas adolescentes serem ceifadas, a ausência de cuidado estatal corroborou para que suas trajetórias de vida tenham sido marcadas por experiências de condição de pobreza, desigualdade social e de gênero e dificuldade de acesso a políticas sociais. (NUNES; BARROS, 2022) Além disso, outras minorias sociais que se encontram em maior condição de vulnerabilidade e, conseqüentemente, mais expostas às violências, são vítimas da violência urbana, tais como os povos originários, mulheres negras, pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis/transsexuais, *queer*, intersexo, pansexuais, ou seja, dissidentes de gênero e sexualidade (LIMA; GAMBETTA, 2020). Cabe destacar ainda que tal vitimização é por vezes invisibilizada. Segundo Lima (2018), mulheres lésbicas estão mais suscetíveis a violações e violências diante da imbricação do machismo e sexismo, sendo ainda mais aviltante em lésbicas negras devido a intersecção com o racismo.

Ao unir o contexto da violência urbana e as performances sexuais e de gênero, o território



entra como um eixo central de análise para compreender as marcas da violência nas trajetórias de vida de adolescentes lésbicas. Por isso, torna-se pertinente a escuta de narrativas de adolescentes lésbicas com trajetórias de “envolvimento” em facções, a respeito de como as dinâmicas da violência urbana marcam suas trajetórias de vida, especificamente suas experiências em territorialidades urbanas periferizadas, interseccionando gênero e sexualidade a outros marcadores sociais. A problematização de modos de subjetivação de adolescentes a partir de suas trajetórias e experiências tem sido um caminho adotado por diversas referências do campo da psicologia social e das ciências sociais na abordagem sobre adolescência e juventude. (BARROS, 2019; DIÓGENES, 2020; MARINHO, 2016)

Para fins didáticos, partimos do pressuposto de que os modos de subjetivação são práticas que produzem modos de viver, sendo sujeito adolescente/jovem um efeito de relações de saber e poder em um determinado contexto social. (CASTRO, 2009) Partindo de Guattari e Rolnik (2013), os modos de subjetivação são como pontos de produção de si e do mundo a partir de agenciamentos coletivos⁷. Desse modo, tomamos a subjetividade como produção, e não como instância interior e estritamente individual. (CAVALCANTE, 2020) Esses vetores de várias espécies, tais como econômicos, raciais, sociais, de gênero, tecnológicos etc. produzem os modos de ser e estar no mundo, cuja forma é centralizada “em torno de uma imagem de referência e propagada como produto de consumo, como subjetividade capitalística”⁸. (CAVALCANTE, 2020, p. 22) Desse modo, quando usamos as categorias “lésbica” ou “lesbianidade”, referimo-nos à experiência de uma mulher reconhecer seu desejo afetivo-sexual por outra mulher, ou seja, é um elemento constitutivo da subjetividade. (GOMES, 2019)

Para essa pesquisa, focamos em quatro vetores que emergiram a partir da análise das narrativas de adolescentes lésbicas “envolvidas” em facções criminosas, são eles: lesbianidades, performatividade de gênero, criminalidade e direito à cidade. Para isso, partimos da cartografia enquanto tipo de pesquisa-intervenção, na qual quatro adolescentes institucionalizadas em um centro socioeducativo no Ceará foram convidadas a falar, por meio de entrevistas narrativas, sobre

7 “[...] constituem-se como a criação de novas conexões, articulando diversos elementos que são tecidos em rede e engendrando processos, visto que a subjetividade não consiste em um “depósito” onde “aspectos exteriores” [componente da subjetividade] são armazenados e, logo após interiorizados”. (CAVALCANTE, 2020, p. 22, grifo nosso)

8 É atribuído ao sujeito três funções por parte da subjetividade capitalística, sendo a culpabilização, aquela que é responsável por colocar o sujeito em uma dimensão de aprisionamento e individualidade, em que é dominado sob viés de determinadas imagens tomadas como ponto de constituição e que o levam ao questionamento de seu valor diante do coletivo, ou seja, ao não corresponder às expectativas valorativas sociais, não lhe é possível o direito à existência. O silenciamento é uma outra função apontada, operando por meio de uma lógica de infantilização, em que o Estado media todas as ações do que pode ou não ser realizado pelo sujeito, através de aparelhos midiáticos, culturais e sociais. A segregação é apontada também nessa lógica e se refere aos sistemas hierárquicos e disciplinadores como mantenedores da ordem social, em que jovens que fogem à norma são assujeitados, produzindo, assim, um campo outro em que precisam se colocar. Essa perspectiva, por vezes, se liga aos modos de subjetivação evidenciados na pesquisa. (CAVALCANTE, 2020, p. 22)



suas trajetórias de vida. O referencial epistemológico em que nos embasamos parte da Psicologia Social em aliança com referências *queer*, tais como Butler e Connel. Além disso, fazemos um diálogo entre os estudos feministas negros e decoloniais com a teoria *queer*, operando por uma lente interseccional.

A fim de justificar a relevância desse trabalho, é possível observar no Brasil um maior acometimento da violência urbana nas trajetórias de vida de adolescentes e jovens mulheres pela perpetuação da desigualdade de gênero e subalternização das mulheres (CARNEIRO, 2011), por vias do encarceramento em massa (BORGES, 2018), pelo aumento da violência contra mulheres (NUNES *et al.*, 2021), pela interseção de marcadores de opressões sobrepostos que culminam em maior condição de precarização de suas vidas, sobretudo quando falamos de jovens negras e moradoras de periferias (BARROS *et al.*, 2019), ou pela abjeção de corpos dissidentes de gênero e sexualidade, sobretudo lésbicas negras, travestis e pessoas transexuais. (GOMES FILHO *et al.*, 2021) Essas situacionalidades causam efeitos nos modos de subjetivação. Este estudo contribui para o reconhecimento de vidas marcadas pela violência atribuída ao gênero e à sexualidade, e que, não obstante, tende a ser recrudescida pelo atravessamento da criminalidade em territórios periféricos.

2 Percursos metodológicos

2.1 Tipo de pesquisa

O artigo deriva de uma pesquisa de cunho qualitativo orientada pela perspectiva da cartografia como método de pesquisa-intervenção, a qual se interessa pelo acompanhamento dos processos de subjetivação, com foco no plano coletivo de forças que os constitui. Para nós, a cartografia aparece como perspectiva metodológica que se ancora nas implicações dos processos de construção de uma pesquisa e nas conexões das diferentes redes de atores envolvidos no processo de pesquisar. Foi na experiência de escutar narrativas de adolescentes sobre suas trajetórias, com foco no plano coletivo de forças, que conseguimos cartografar seus modos de ser e se reconhecer em suas performances sexuais e de gênero, bem como o plano coletivo de forças acionado pelas dinâmicas da violência urbana em seus modos de subjetivação. (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2015)

2.2 Local e participantes da pesquisa

A pesquisa se interessou por conhecer narrativas de trajetórias de vida de meninas inseridas em fações atuantes nas periferias de Fortaleza. Por uma questão de exequibilidade da pesquisa



e segurança, optou-se por contatar adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa privativa de liberdade pela atribuição de cometimento de ato infracional análogo ao tráfico de drogas, em vez de acessar adolescentes nos próprios territórios urbanos, dado o acirramento dos conflitos entre facções desde o fim de 2016. (BARROS *et al.*, 2018) Assim, a pesquisa se deu no Centro Socioeducativo Aldaci Barbosa Mota na cidade de Fortaleza-CE. A escolha desse local se justificou pelo fato de que tal Centro é a única unidade destinada exclusivamente para adolescentes e jovens mulheres no estado. Por isso, todas as medidas de restrição ou privação de liberdade são cumpridas na unidade.

Os critérios de inclusão para participação da pesquisa foram: estar em condição de internação na instituição e ter um responsável que assinasse o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Além disso, para esse recorte, utilizamos como critério de inclusão as participantes autodeclaradas lésbicas. O critério de exclusão era não declarar ter tido alguma experiência com o tráfico de drogas, visto que, na pesquisa da qual deriva este artigo, interessa a interpeção da violência urbana e da inscrição em facções criminosas nos modos de subjetivação das adolescentes. Assim, nossa amostra é composta por cinco adolescentes nomeadas de Paul, Lorin, Marta, Chinesa e Novinha (nomes fictícios).

2.3 Procedimentos metodológico

Operacionalizamos a pesquisa por meio de entrevistas narrativas sob o manejo da cartografia, a qual buscamos na experiência do dizer, visto que, ao narrar suas histórias, as adolescentes puderam reelaborar suas trajetórias e experiências, reposicionando-se subjetivamente. (PINHEIRO; BAPTISTA, 2019) Para Pinheiro e Baptista (2019, p. 3), a experiência narrativa exige “estarmos abertos às surpresas, às vezes às novidades, estarmos atentos aos efeitos da pesquisa sobre o pesquisador e seu objeto, entendendo que, no primado da experiência, fazer e conhecer são inseparáveis”. Sendo assim, a entrevista se deu com perguntas abertas, tais como “conte-me sobre sua história de vida da forma como quiser” e com perguntas complementares à medida que a história era contada, por exemplo: “Como foi?” ou “me fale mais sobre”.

Inspiradas na cartografia, em que o processo analítico permeia toda a investigação, tomamos as narrativas das adolescentes como acontecimentos, entendido para análise como um dispositivo que enuncia os modos de subjetivação das adolescentes. (BARROS; BARROS, 2014) As entrevistas foram transcritas, lidas e os recortes destas (cenas analíticas) são entendidas como cenas-analisadoras. Inspiramo-nos em Lourau (1993) para a compreensão de analisador. Para esse autor, os analisadores podem ser episódios, cenas ou narrativas que podem provocar



desnaturalizações e descristalizações em formas instituídas de viver.

Por fim, quanto às considerações éticas, ressaltamos que a pesquisa obteve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Ceará, sob o parecer 3.398.916. Com o objetivo de manter a privacidade e anonimato dos participantes da pesquisa, todos os nomes das/ dos secundaristas utilizados são fictícios.

3 Transformação social do crime e o direito à cidade: restrições de transitar por territórios periféricos

No estado do Ceará, a atuação das facções tem se transformado ao longo dos últimos anos, indo de uma disputa territorial advinda das antigas gangues atuantes nos territórios periféricos de Fortaleza (DIÓGENES, 2008) para um processo de união entre facções já conhecidas nacionalmente, com o intuito de domínio, afirmação de poder e lucro através do tráfico de drogas ilícitas e armas dentro do espaço da periferia. A partir de 2014, segundo Paiva (2019), o CV (Comando Vermelho) se une à FDN (Família do Norte) e o PCC (Primeiro Comando da Capital) se junta ao GDE (Guardiões do Estado), que surgiu em meados de 2016 como resistência ao domínio de grupos de fora. A narrativa de “pacificação” (BARROS *et al.*, 2018), período em que um “acordo de paz” que proibia a perpetuação de ciclos de vingança e homicídios entre as facções foi firmado por esses grupos, rompeu-se após transformações nas dinâmicas criminosas no Ceará no final de 2016. Desde então, iniciou-se um grande conflito armado no estado entre esses grupos, que perdura por complexas dinâmicas até hoje.

Sobre as disputas entre esses grupos, Paul nos relata:

Eu acho assim, se tu tens poder eu também posso ter. Pra eu ter, eu vou ter que tomar seu território, aí começa. É briga de território. Tu moras aí onde é GDE, eu moro onde é CV, se eu tomar o teu nós que vamos, entendeu? Eu vou eliminar meio mundo de GDE e tu vai eliminar meio mundo de CV meu. Pra ver quem é que ganha. É tipo um jogo. Quem ganhou, ganhou, quem não ganhou, perdeu. Mas pra pessoa ‘colar’, ‘fechar’ com a família. Porque é uma família, entendeu? Aí você tem que vestir a camisa. (informação verbal)⁹

A partir do relato de Paul, a facção pode ser vista como uma organização composta por múltiplas relações em torno de dinâmicas que objetivam aumentar o seu poder de influência sobre um determinado território, mantendo ativo e sob o seu domínio os mercados ilegais naquele contexto. (PAIVA, 2019) Segundo Cipriani (2017), quando uma facção territorializa um espaço – e, conseqüentemente, desterritorializa-o para membros de outros grupos –, ela passa a exercer um domínio sobre a população ali circundada, emergindo uma soberania paralela à do estado,

⁹ Paul, 20 de março de 2019.



instituindo normas e regras próprias, que, não raro, são diferentes daquelas edificadas pela ordem pública. Os modos de implementação e as formas de arranjo deste domínio territorial têm diferentes características, desde as mais excludentes, com a imposição de limitações de mobilidade, medo e violência, às mais solidárias, com a criação de identidades que serão compartilhadas no imaginário local, com relações de “irmandade” entre os moradores e as moradoras dos territórios dominados pelo mesmo grupo e aqueles e aquelas integrantes daquela facção. (CIPRIANI, 2017) Esse último aspecto, da “irmandade”, é reforçado na fala de Paul quando diz que ali, na facção, eles e elas são uma família, e que é preciso “vestir a camisa”.

Quando criança, Marta morava com sua avó. Em um determinado momento de sua vida teve que ir morar com sua genitora, ambas em diferentes bairros periféricos de Fortaleza. Atualmente, ela reside no bairro de sua mãe, onde traficava, que é dominado por uma determinada facção, enquanto o bairro de sua avó tem domínio de outra facção. Nesse sentido, Marta nos relata: “Só quando eu morava lá é que eles disseram que não era mais pra eu ir pra lá. Mas eu vou, eu mal desço da moto, eu vou. Falo com ela, aí eu vou, mas sempre vou sozinha”. (informação verbal)

¹⁰Esse relato da adolescente se refere aos regimes de controle que integrantes de facções fazem nos territórios em que organizam sua facção, que impede não somente ela, mas as adolescentes, de modo geral. Caso queiram visitar familiares ou transitar nesses espaços “proibidos”, correm risco de sofrer represálias e até de perder a vida.

As territorializações do espaço urbano por facções agravam os processos de exclusão e segregação social vivenciados por moradores de bairros periféricos, bem como ampliam situações de violações de direitos básicos. Como apontado por Marta, uma das nossas interlocutoras: “eu vou na praia porque lá é a mesma facção, mas assim quando tá muito visado¹¹ num é bom não” (informação verbal)¹². Esta fala suscita os atuais limites da cidade para estes corpos, que, mesmo que ainda operem por uma lógica da desigualdade territorial, entre centro e periferia, agora também se dão por meio de divisões simbólico-espaciais dos territórios “faccionados”. (BENÍCIO *et al.*, 2018) Dessa forma, as implicações da dinâmica bélica existente entre as facções colocam em voga uma realidade para as meninas inseridas dentro desse grupo, que se relaciona a um habitar/não habitar determinados territórios graças às rivalidades existentes, impossibilitando o acesso à cidade de maneira plena.

A apropriação e o uso pleno dos espaços estão intimamente ligados à essência do “Direito à Cidade”, que se coloca como um horizonte de luta a partir da problematização dos modos de

10 Marta, 3 de outubro de 2019.

11 Uma gíria popular que significa estar mais visibilizado, nas palavras da adolescente: “Tipo sair muito, ficar tipo muito no meio da rua. Que se eles passam aí pronto” (MARTA, 03/10/2019, informação verbal).

12 Marta, 3 de outubro de 2019.



organização da vida urbana pautados na lógica capitalista de mercantilização do espaço urbano. (LEFEBVRE, 2001) Henri Lefebvre (2001), ao formular o conceito, questiona os modos de produção e ocupação do espaço nas cidades, considerando, nessa construção, as desigualdades de classe, gênero, sexualidade e raça que marcam as sociedades contemporâneas. Nesse sentido, o autor demarca que o espaço e o cotidiano das cidades têm um caráter político, ideológico e instrumental, pois são o resultado de um processo atravessado pelos aspectos sociais, políticos e econômicos, atuando de modo a produzir e manter determinadas relações sociais de dominação e opressão entre grupos. (FIORAVANTI, 2013; LEFEBVRE, 2001) As restrições de circulação e acesso a determinados espaços e vivências se constituem como uma das formas como essas relações de dominação e opressão se expressam. (FIORAVANTI, 2013; LEFEBVRE, 2001)

Nesse sentido, é importante ressaltarmos que a segregação socioespacial para os moradores e as moradoras de territórios periféricos não surge com o redimensionamento da violência urbana, mas é parte de históricos processos de cercamento socioespacial, marginalização e criminalização, com a forte presença da repressão policial e baixa presença de políticas públicas de garantias de direitos. (BARROS, 2019) Então, essas adolescentes, que já vivenciavam uma segregação espacial por não poderem transitar em qualquer lugar da cidade sem serem tidas como “corpos estranhos” naqueles espaços, sobretudo nos bairros tidos como mais nobres, são mais passíveis a enfrentarem abordagens policiais truculentas (LIMA, 2018), como relatado por Chinesa, que teve sua casa invadida várias vezes por policiais, ao ponto de estes quebrarem sua porta. Segue a cena:

Passei um bocadinho de tempo dormindo com a porta aberta, em tempo de a pessoa entrar; sei lá e fazer o mal com a gente. Ai eu dormindo, acordei três horas da manhã, um policial olhando pra mim todo de preto. Tomo um susto logo e ele na cozinha, já tinha apanhado muito. (informação verbal)¹³

Essas adolescentes ocupam socialmente uma posição mais subalternizada nas facções e são criminalizadas pelo Estado, para quem suas vidas não têm valor.

Quando cheguei lá, era dois elementos pra me matar. Aí só pegou um tiro que quebrou meu braço. Aí cheguei... cheguei a ficar internado durante um mês. Aí depois eu me recuperei, fui pro Maranguape (cidade da região metropolitana de Fortaleza). Aí depois de uns dias lá, comecei tudo de novo. (informação verbal)¹⁴

O relato de Paul suscita discussão sobre o fato de que certos corpos juvenis, tidos como supérfluos, são colocados na linha de frente dos conflitos. No caso das adolescentes lésbicas, elas são mantidas em posições ainda mais invisibilizadas e precarizadas nas hierarquias das facções,

13 Chinesa, 20 de março de 2019.

14 Paul, 1º de junho de 2021.



sendo fortemente expostas à morte, corroborando com a ideia de Sayak Valencia Triana (2010) a respeito do papel do gênero como um marcador capturado pelo Estado em sua gestão, a partir de uma perspectiva predatória de corpos por meio da violência. Além disso, unanimemente, elas traziam em suas narrativas o medo de não terem muito tempo de vida, o que as levava a adotar estilos de vida marcados pela intensidade e pelo “aproveitar o agora”, e não pela expectativa de longevidade e construção de algo que será usufruído no futuro. Ao fazerem parte do tráfico de drogas, e conseqüentemente serem simpatizantes ou inscritas em organizações criminosas, estão no fogo cruzado em torno de disputas territoriais e dos mercados ilícitos por parte dessas facções e, também por isso, passam a ser vistas como integrantes de tais organizações para a polícia, sendo continuamente vitimadas nessas “guerras” locais. Estas adolescentes estão nas posições mais subalternizadas desse fogo cruzado, por serem particularmente silenciadas e instrumentalizadas como vida supérflua. Nem é homem nem é mulher de verdade aos olhos masculinistas e heteronormativos que também são hegemônicos nos grupos criminosos.

Um outro aspecto trazido nas entrevistas foi o fato de tais adolescentes serem reconhecidas socialmente como “envolvidas”, por sua ligação com facções. Como relata Lorin: “envolvida é colar com a facção” (informação verbal)¹⁵, e Novinha: “envolvida pra mim é aquela pessoa que vende droga faz tempo, que tem muitas amigadas, assim, que vai deixar uma coisa no canto, vai buscar uma coisa em outro canto, assim, muitas pessoas que é envolvida elas não são batizada, a maioria são” (informação verbal)¹⁶. Dessa forma, envolvida diz respeito ao apadrinhamento (quando inscrita em uma facção por meio do batismo) ou ao enquadramento dessa adolescente como alguém que trafica drogas ou tem comportamentos semelhantes de sujeitos que atuam em facções criminosas. (NUNES; BARROS, 2022)

Essa noção traz um outro operador psicossocial da precarização induzida dessas adolescentes, já que nas atuais dinâmicas de violência urbana o termo “envolvida” é costumeiramente identificado como “piranguera”, “bandida” e outras tantas nomeações. Em suma, ser envolvida é não ser humana. Partimos, assim, da territorialidade enquanto agenciador das opressões e violências, contribuindo para que sujeitos que habitam determinadas localidades tenham ontologicamente sua humanidade destituída. (BUTLER, 2017, 2018).

Até o momento eu ainda andava normal, todos os cantos, só que agora eu acho que não posso, porque agora como eu já sou bem dizer um envolvido, né? por ser das área dois e por ter, porque dizem que quem rouba, eu fui das áreas 2 e se eu rouba nas área três eu já passo a ser um envolvido, na minha visão pra mim não né? Mas lá fora tão pensando nisso. Ai eu não sei, vou saber lá fora como é que vai ser. Mas se tiver assim eu não vou

15 Lorin, 11 de junho de 2019.

16 Novinha, 24 de junho de 2019.



*poder andar nos cantos onde é outra área. (informação verbal)*¹⁷

Na pesquisa de Cavalcante (2020), corpos que estão fora da normativa e capitalística são geridos, controlados e descartados, convertendo-se em não humanos, humanos indireitos, desviantes, anormais, infames. Sendo a figura da “envolvida” é a fixação discursiva em alvos de forças militarizadas de segurança ou dos jogos bélicos operados pelas facções. Essas adolescentes se veem em um fogo cruzado. Assim, pode-se apontar a inserção de vidas tidas como abjetas em uma encruzilhada faccional, diante de suas disputas territorialistas e pelos mercados ilegais, e dessas facções contra a polícia e vice-versa. (PAIVA, 2019)

A violência de gênero é evidenciada nas abordagens policiais, com maior ênfase ao envolver questões referentes à sexualidade, evidenciando-se, por exemplo, que, quando há uma estereotipia mais masculina presente nas jovens, como cabelos curtos e roupas largas, os policiais são mais violentos. Contudo, quando se destacam aspectos mais femininos nas adolescentes, como cabelos longos, maquiagem e roupas apertadas, os policiais seguem por um outro tipo de abordagem, que parece performar o desejo da cena sexualizada de um homem com duas mulheres, como relata Chinesa:

*Os ‘homi’ [policiais] invadiu e nós estava muito drogado de maconha, dentro de casa. Ai os ‘homi’ invadiu lá em casa, meteram a peia nos meninos. Ai teve polícia que trouxe a gente lá pra sala... pra cozinha, que era a cozinha misturada com a sala, e disse assim ‘bora vocês têm droga aí né no peito de vocês?’ e eu ‘não moço, tem droga não moço, tem droga não’. Peguei aqui no Bairro-z, não sei o que. Eu disse que tinha pegado em qualquer canto pra não dizer que era minha. Ai ele pegou e disse assim ‘pois levanta o sutiã, não sei o quê’. Ai cheguei a mostrar meus peitos pra ele, eu e minha amiga. Ai como minha amiga ainda ficava com homem, ela tinha ficado com o elemento que tinha deixado chupada assim nela e ele perguntou também e eu disse que tinha sido eu. Ai não sei que, muitas das vezes que os ‘homi’ invadia eu dizia que ela era minha mulher, que nós tínhamos relação, só pra disfarçar. (informação verbal)*¹⁸

O distanciamento de uma imagem estética feminina, de modo a assumir uma figura de masculinidade, parece expor a uma violência maior, uma abordagem mais truculenta. Tanto Lorin quanto Paul tinham cabelos curtos e relataram haver essa diferenciação na violência, sendo os policiais mais truculentos com sujeitos que não performatizam um padrão de gênero.

Eu já ando igual um zé droguinha, boné todo na cabeça, aí e pronto: para a polícia. [...] parece que... sei lá, eles batem com mais força. [...] Tipo, uma vez uma menina nas minhas áreas, caiu ela e o elemento, o elemento levou bem pouquinho ‘pea’, a menina levou uma ‘pea’ pra um. Levou chute e murros de dois policiais. O elemento levou só um murro e um chute. [...] uma vez eu fui pra praça, aí eu sabia que eles iam parar, mas mesmo assim eles não iam parar. Mas alguma coisa me disse que ia parar. Eles passaram assim olhando, aí eu só de cabeça baixa aí na hora que dobrei eles pararam o carro: ‘bora para a mão na cabeça’, eles pensavam que eu era um menino, aí eu ‘não policial,

¹⁷ Lorin, 11 de junho de 2019.

¹⁸ Chinesa, 20 de março de 2019.



eu sou uma menina'. Ai eles só perguntaram se eu tinha passagem, eu disse que tinha, e quantos anos eu tinha. Ai me liberaram. [...] aquelas meninas cheias de tatuagem. Eles meteram a chibata mesmo e com força. (informação verbal)¹⁹

Salientamos que há em curso um genocídio com a mulher brasileira, de modo que estão presentes não apenas o encarceramento em massa, mas também a violação da dignidade humana maximizada com corpos de mulheres que são atacadas pela pauperização, o machismo e o racismo, em que, neste último fator, é presente toda uma dinâmica neocolonial vigorante em países da América Latina, ainda mais aviltante em corpos LGBTQIAP+ feminizados e genderizados, especificamente de mulheres lésbicas. (GOMES FILHO; NUNES; LAVOR FILHO, 2021) Portanto, gênero e sexualidade, bem como o enquadramento de “envolvida”, são esquemas de inteligibilidade que condicionam e produzem marcas de reconhecimento, que, por sua vez, possibilitam a condição de ser reconhecida como vida. (BUTLER, 2015, 2017, 2018)

Segundo as entrevistadas assinalaram, a presença do tráfico de drogas nos bairros tem provocado maiores “visitas” policiais. Segundo elas, em operações em busca de armamento ou de drogas. Paul e Lorin disseram que é comum policiais fardados chegarem nelas de forma truculenta em busca de drogas. Marta faz referência à presença de outras pessoas que supostamente atuam com os policiais, embora não estejam fardados, com a diferença de serem mais agressivos.

Lá onde eu moro é assim. nunca vi isso em outro canto não, mas lá onde eu moro é tão cruel o tráfico né que eles chegam logo matando. Quando eu vejo assim, um carro que já é suspeito eu fico não. Não chega no carro da polícia não. Ou então o carro da polícia para, aí não para. Passa só pra passar os panos, aí entra em contato e pronto. Quando vai ver, só o bote. (informação verbal)²⁰

Segundo Marta, ela não teme integrantes de facções rivais que dominam seu bairro, mas esses homens não fardados, sim, pois, segundo ela, eles veem pessoas como elas, pegam e deixam em matagais ou em bairros com domínio territorial mais ostensivo, ou seja, “raptam” para deixar morrer. No contexto nordestino, temos vivenciado um aumento exponencial no número de assassinatos. Além deles, outros autores, como Paiva (2019) e Sá e Aquino (2018), apontam a vinda das facções criminosas de outros estados para o Nordeste, sobretudo o Ceará, como marco de uma mudança na violência urbana. Essas organizações são conhecidas como facções criminosas. Segundo aponta Paiva (2019), diante dessas mudanças, a transformação social da criminalidade configura uma nova composição da cidade através de tensionamentos coletivos, socialmente reconhecidos como facções.

19 Lorin, 11 de junho de 2019.

20 Marta, 20 de março de 2019.



Pensar na existência na atual sociedade pressupõe uma problematização em torno das dinâmicas entre corpo, território e violência, apontando uma plenitude no habitar social direcionada a determinados sujeitos. A imbricação do machismo e sexismo corrobora operadores políticos da violência de gênero entrelaçada à violência urbana, o que pode ser visto nas falas: “É difícil, né? Viver assim, que a gente tem medo de sair pra certo canto” (informação verbal)²¹ e “Medo de... é isso mesmo, de morrer, tipo assim, eu sei a dor da minha mãe se ela me perder, eu sou a mais nova”. (informação verbal)²²

4 Lesbianidades, vulnerabilidade e precarização: produção de corpos abjetos

Segundo relatam as entrevistadas, quando uma adolescente namora um integrante de uma facção, ela é objetificada como posse deste, sendo impossibilitada de namorar outros homens, promovendo risco de vida a ambos. Com efeito, se elas quiserem terminar o relacionamento e garantir sua “liberdade”, conseguem apenas por meio do abandono por parte do homem da relação ou de sua “autorização” para tal, não havendo, portanto, autonomia para delinear os próprios caminhos nessa dinâmica.

Quando comecei a me relacionar com ele, comecei a usar maconha, parei de estudar, comecei a dar trabalho a minha mãe. Ai minha mãe, como minha mãe tem duas casas e mais dois irmãos, aí meu pai mora no Y e ela ia pra lá. Aí eu ficava sozinha, eu me virava sozinha. [...] eu sei que eu me separei dele [...] tirei minhas coisas de dentro da casa dele. Aí fui para casa da minha mãe de novo. Comecei a me encontrar com meu ex [...] ninguém sabia, porque armaria, se ele soubesse acho que ele me matava né, como ele era errado. (informação verbal)²³

No entanto, isso não ocorre quando essas adolescentes passam a se relacionar somente com mulheres, em que há uma autorização implícita para exercer a relação, visto que a masculinidade do ex-namorado não é afetada. Este fato nos foi narrado por Chinesa, que, ao descobrir que seu namorado estava recebendo visita íntima no presídio, já que ela ainda tinha menos de 18 anos de idade e não podia ir, conseguiu finalizar o ciclo de términos e voltas com Júnior. Desde então, ela conta que não se relaciona com outros homens, pois recebeu ameaças desse ex-namorado, mesmo ele estando no presídio.

Os relacionamentos afetivo-sexuais acabam incorporando também essa lógica. Marta antes ocupava esse lugar submisso: “eu peguei e fui vender droga, fui fazer um monte de coisa que eu não fazia quando estava com ela. Eu não fumava maconha quando eu estava com ela, porque ela não gostava, aí eu comecei a fumar maconha e até a cheirar pó assim que terminei

21 Novinha, 24 de junho de 2019.

22 Lorin, 11 de junho de 2019.

23 Chinesa, 9 de junho de 2019.



com ela”. (informação verbal)²⁴. Marta diz que sua ex-namorada não se relacionava com meninas envolvidas e, como gostava dela, se submetia à sua autoridade. Agora que Marta está mais segura de si, entende-se melhor enquanto sapatão que atua em atividades ilícitas como meio de vida, dentro de uma lógica trabalhista (segundo o pensamento dela). Ela é quem dita as regras sobre suas namoradas não atuarem ilegalmente. A justificativa por Marta é:

Eu vou pegar uma igual a mim? Tenho que pegar diferente de mim [...] porque já basta eu de ser fraccionada, aí eu vou ficar com uma menina que também é? Aí tipo, eu acabo gostando dela, aí nós vamos namorar, pronto, se vier, morre nós duas. Não quero isso. [...] vai que eu goste dela e ela me tira ali daquele meio, né não? Por amor a gente sai. (informação verbal)²⁵

Apesar dessa sua regra, ela, no período da pesquisa, estava se relacionando com outra socioeducanda enquanto está institucionalizada no Aldaci, e se diz incerta sobre permanecer com essa adolescente ao finalizarem sua medida, já que não tem garantia de que a garota não retornará a fazer alguma atividade ilícita. “Eu e ela somos faccionadas e não sei se dará certo lá fora. [...] ela quer ficar comigo lá fora, mas eu falo para ela que ela tem que se aquietar, aí ela disse que é faccionada e não quer se aquietar”. (informação verbal)²⁶

Por outro lado, para Novinha, foi a partir do seu relacionamento que, segundo ela, inscreveu-se no tráfico de drogas de sua cidade localizada na região metropolitana de Fortaleza.

Conheço mesmo ela faz três anos, mas a gente só trocamos um ‘oi, tudo bem?’ Só isso mesmo, aí a gente não tinha muita intimidade. Aí, quando foi esse ano a gente começou a sair pra algum canto junto, aí a gente começou a pegar intimidade, pronto, a gente começou a sair junta direto [...] não, ela já estava vendendo já fazia uns meses, acho que já fazia uns dois meses. Aí quando eu tinha ido pra lá com ela não ia fazer nem um mês [...] é ruim, né? Porque assim, né? Eu quando eu comecei eu não sabia se eu queria aquilo mesmo, eu ia tentar sair, mas não deu tempo, quando foi depois de um tempo eu vi que não era aquilo que eu queria, tendeu? Mas não deu tempo. (informação verbal)²⁷

Esse entrelaçamento do relacionamento com a inscrição da adolescente ao tráfico de drogas é mais comum nos relacionamentos heterossexuais, conforme aponta a pesquisa de Nunes e Barros (2022), embora tenhamos visto, a partir de Novinha, que também acontece em relacionamentos lésbicos. Faz-se importante salientar que são sobretudo os processos de vulnerabilização, empobrecimento, marginalização e sobreposições de marcadores sociais como classe, raça e gênero que fazem, em primeira instância, que essas adolescentes percebam o tráfico de drogas ou roubo como meios de produzir subsistência. Sobre isso, Lima (2018), sinaliza que adolescentes

24 Marta, 3 de outubro de 2019.

25 Marta, 3 de outubro de 2019.

26 Marta, 3 de outubro de 2019.

27 Novinha, 24 de junho de 2019.



e jovens lésbicas negras e moradoras de periferias estão mais vulneráveis e, conseqüentemente, suscetíveis a violências.

Partindo da perspectiva estrutural de domínio e poder de homens sobre mulheres, concomitantemente à produção de estéticas cisheteropatriarcais que regulam formas de habitar a realidade, observa-se que três, das cinco adolescentes entrevistadas, exercem padrões que são lidos socialmente como masculinos. A partir do que é apontado na fala de Marta – “porque eu sou muito assim, eu saio com uma pessoa, tipo eu saio com uma gatinha, eu tenho que pagar as coisas pra ela [...] É porque ela é a dama. Tipo, vamos falar assim, então eu que tenho que pagar pra ela, né não?”. (informação verbal)²⁸ – destaca-se a assimilação de “papéis sociais” em suas expressões e performatividade de gênero.

A teoria da performatividade de gênero diz que as pessoas aprendem a se comportar de maneiras singulares na tentativa de se encaixar na sociedade, sendo assim, não se nasce mulher ou homem, mas somos aprendidos a agir como tal. (BUTLER, 2018) Entender o gênero como performativo remete a uma cadeia de significantes que dão sentido ao exercício performático construído e reconstruído continuamente diante de repetições de atos que dão aparência, signos e sentidos ao modo como é reconhecido o sujeito. (BUTLER, 2018) Ou seja, a identidade é performativamente construída.

Em suma, é possível dizer que há uma manutenção de lógicas binárias e hierárquicas de gênero nos relacionamentos por parte das próprias mulheres que performatizam uma certa masculinidade, no sentido dessa masculinidade enquanto posição de poder e daquilo que é constructo do masculino. Segundo Barcinski e Cúnico (2016), para as mulheres serem reconhecidas como “criminosas de verdade”, acabam por performar seus comportamentos com aspectos masculinistas, visto que não somente os prestígios sociais, mas também os jogos de poder na criminalidade são destinados aos homens. A partir de uma noção de masculinidade hegemônica²⁹, nota-se uma certa particularidade ressaltada nas formas de jogos de poder em torno da criminalidade, assim como na incorporação da identidade de “criminoso”, que busca respeito entre seus pares.

Em geral, essas adolescentes vivem em famílias monoparentais, que são criadas por mães solteiras ou por avós que têm dificuldade financeira de manter a família. O dinheiro do tráfico para Marta servia para manter-se, já que saiu da casa da avó, e para poder financiar os encontros com meninas. Da mesma forma, Chinesa, que residia sozinha desde que começou a namorar com seu último companheiro homem, relata o que fez com o dinheiro do tráfico de drogas, após uma

28 Marta, 3 de outubro de 2019.

29 Compreendida como um padrão de práticas normativas que incorpora uma forma hegemônica de ser homem, impondo formas como homens deve se posicionar para legitimar sua masculinidade, ela não é fixa, e sim regional, mas perpassa pela subordinação global feminina. (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2005)



invasão policial em sua casa que quebrou alguns móveis e sua porta: “comprei uma roupa, ajeitei a porta e ajeitei umas coisas”. (informação verbal)³⁰ Já Lorin ajudava em casa, em suas palavras: “Tipo assim, a parte boa era o dinheiro que ajudava, comprava minhas coisinhas. Aí dava lá em casa também. E a parte ruim era que a qualquer momento eu podia ser pega pelo tráfico (informação verbal)³¹. Paul também usava o dinheiro do tráfico para pagar o aluguel da casa em que morava com sua namorada. Antes disso, Paul morava com sua família e trabalhava de “bico” na feira, ganhando o suficiente para comprar alguma roupa ou algo para si, já que o dinheiro da sua família era para sobreviver.

Eu via que era 'fácil', o que eu ganho... porquê eu que me envolvi por má influência mesmo. Porque eu ficava esperando-a lá nas esquinas. Aí eu via os elementos, puxava assunto com os elementos. [...] aí eu fui me envolvendo e aos poucos eu já não estava indo pro trabalho. Vendia fruta na feira. Aí meu patrão me despediu, aí pronto. (informação verbal)³²

As falas acima explicitam como a indução precária das vidas LGBTQIAP+ acaba contribuindo para que estas sejam aliciadas pelo tráfico de drogas, como uma possibilidade de sobrevivência mediante as condições de pobreza, evasão escolar, falta de políticas de assistência social e outras vulnerabilidades. São vidas em maior condição de precarização. As facções proporcionam, assim, saídas e alternativas a essas adolescentes que, naquele contexto, apresentam-se como uma possibilidade de sobrevivência. A seguir, Chinesa nos relata:

Mas antes de tá com minha mulher, que comecei a namorar com minha mulher... eu não tinha celular ainda, eu só tinha computador, eu mexia no computador. [...] depois disso eu me separei a primeira vez dela, eu fiquei com celular, fiquei com unha postiça, de roupa nova e cabelo feito. Aí pronto, foi daí que eu disse “valha dinheiro fácil”. A pessoa se encanta né com dinheiro fácil. A primeira vez que eu roubei já deu certo, vou roubar de novo. (informação verbal)³³

Para Butler (2019), a precarização é entendida como um estado induzido de forma política da deterioração de redes de auxílio a determinadas populações, sendo estas colocadas em uma posição de vulnerabilidade e exposição à violência estatal sem proteção ou auxílio. Esse diálogo se mantém por meio de uma lógica de produção de corpos morríveis e de corpos que podem viver, pensando numa localização com marcas específicas que definem tais destinos, como raça, condições socioeconômicas, território e gênero, as quais são concebidas enquanto vetores de subjetivação para essas adolescentes. A noção de controle e poder que opera nessa teia é marcada por uma base

30 Chinesa, 07 de junho de 2019.

31 Lorin, 11 de junho de 2019.

32 Paul, 1º de junho de 2019.

33 Chinesa, 07 de junho de 2019.



heterossexista que institui as noções de gênero, produzindo, assim, para Butler (2018), uma ideia de corpos que não se encaixam nesse ideal humano, cabendo apenas a estes o estatuto de abjeto, de “não eu”.

Dentro dessa ideia, certas identidades que diferem de um padrão culturalmente estabelecido e aceito não podem existir, fazendo vigorar práticas de violência e precarização da vida por meio dessa teia normativa embasada pela cristalização da identidade. Butler (2018) salienta que o gênero é um dado ontológico de humanidade, ou seja, não estar em conformidade é estar à margem enquanto uma vida inteligível (BUTLER, 2017), não há enquadramento enquanto vida. Nomear as adolescentes de “ser sujeito” é depender das normas que as reconhecem como sujeito. Logo, há concepções que produzem o que é uma vida, se esta não está dentro da norma, ou não há uma norma para essas vidas, não serão tratadas como vivíveis, outrora, vidas a-bjetas. Nas palavras da Butler:

A capacidade epistemológica de apreender uma vida é parcialmente dependente de que essa vida seja produzida de acordo com as normas que a caracterizam como uma vida, ou melhor dizendo, como parte de uma vida. Desse modo, a produção normativa da ontologia cria um problema epistemológico de apreender uma vida, o que, por sua vez, dá origem ao problema ético de definir o que é reconhecer ou, na realidade, proteger contra a violação e a violência. (BUTLER, 2017, p. 16)

Partindo da perspectiva do gênero como um indicador que narra sobre os modos de humanidade e de operações normativas dentro desse meio, pode-se apontar uma captura pensando nas operações do gênero como um mecanismo de poder, ditando, portanto, uma generificação que sujeita corpos. (BUTLER, 2017) Com efeito, os sujeitos que fogem ao modelo hegemônico de gênero são desqualificados socialmente (BUTLER, 2015, 2018), o que pode surgir como um indicativo marcante nos índices de morte e aprisionamento dessas vidas rotuladas como insignificantes, sendo, dessa forma, matáveis e morríveis.

Nesse tópico, vimos sobre a ação performativa das meninas lésbicas, sobre a imposição das normas sociais de regime de visibilidade, ligadas aos *modus operandi* masculinistas e necropolítica das facções, que contribui para a destituição de humanidade das adolescentes, vidas tidas como ininteligíveis. (BUTLER, 2017) Pudemos observar a partir da forma como estas performam gênero e sexualidade que não há uma única forma de ser lésbica, mas trabalhamos aqui com a noção de lesbianidades, conforme aponta Clarke (2021): um processo de reconhecer e despertar seu verdadeiro eu. Por isso é comum pesquisas mais atuais utilizarem a noção de lesbianidades para se referir a possibilidades infinitas de existir ao afirmar-se enquanto mulher lésbica. Outra categoria que nos foi importante para entender essas diferentes formas de ser, atuar e ser reconhecida



enquanto lésbica foi a noção de performatividade de gênero, já que, quando interpelada pela violência urbana, outros padrões sociais e comportamentais surgem como performance nas vidas dessas adolescentes, na tentativa de romper com a subalternização imposta a essas mulheres.

5 Considerações finais

Essa pesquisa versou sobre a interface entre expressões de gênero e sexualidade dissidentes em territorialidade urbana, na qual as corporalidades de adolescentes lésbicas são estranhas aos padrões sociais heteronormativos, monstruosas frente às pacificações homogeneizantes das hierarquias de gênero que estruturam as relações de nossa sociedade.

Iniciamos apresentando cenas narradas pelas adolescentes sobre as transformações sociais do crime, sobretudo com os modus operandi das facções criminosas atuando na cidade, sendo ainda mais aviltante para alguns corpos atravessados por gênero e sexualidade. Essas adolescentes, inseridas nessas dinâmicas, estão em condição mais inferiorizadas, hierarquicamente subalternizadas e, ao estarem nessas posições, elas estão mais expostas a morte, aos conflitos territoriais, a represálias e repressões policiais. O fato de serem adolescentes, negras e periféricas, enquadradas como “envolvidas”, tornam elas corpos supérfluos que, portanto, ocupam essa posição inferiorizada. A sobreposição, ainda, da sexualidade, a condição de mulher lésbica, colabora para que esses corpos, além de criminalizados, sejam abjetificados – existência a-bjeta, subalterna, instrumentalizada e mais exposta a violências.

Em segundo momento, nos atemos às narrativas das adolescentes sobre seus relacionamentos com integrantes de facções, relacionamentos estes que são estruturados pela heterossexualidade compulsória que seguem produzindo modos de subjetivação, de tal maneira que as adolescentes, de certa maneira, performam feminilidade ou performam masculinidade, reiterando assim padrões hierárquicos de gênero da modernidade. (BUTLER, 2018; FOUCAULT, 1998) Ainda apontamos que a desigualdade de gênero e as marcas da violência na vida das adolescentes dissidentes em territorialidades urbanas expõem que suas vidas estão politicamente induzidas a maior condição precária. (BUTLER, 2015, 2017)

A partir das narrativas das experiências das participantes da pesquisa, observamos que as transformações sociais do crime produzem efeitos psicossociais nas trajetórias de vida das adolescentes. Por fim, acreditamos que essa pesquisa apresenta contribuições para a análise psicossocial das transformações da violência na vida de adolescentes e jovens, a partir de marcadores sociais diversos, com base na forma como narram e elaboram suas trajetórias e experiências.



Referências

- BARCINSKI, M.; CÚNICO, S. D. Mulheres no tráfico de drogas: retratos da vitimização e do protagonismo feminino. *Civitas: Revista de Ciências Sociais*, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 59-70, 2016.
- BARROS, L. M. R.; BARROS, M. E. O problema da análise em pesquisa cartográfica. *In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; TEDESCO, S. (org.). Pistas do método da cartografia: a experiência da pesquisa e o plano comum*. Porto Alegre: Sulina, 2014. v. 2, p. 175-202.
- BARROS, J. P. P. Juventudes desimportantes: a produção psicossocial do “envolvido” como emblema de uma necropolítica no Brasil. *In: COLAÇO, V. et al. (org.). Juventudes em movimento: experiências, redes e afetos*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2019. p. 209-239.
- BARROS, J. P. P. et al. Criminalização, extermínio e encarceramento: expressões necropolíticas no Ceará. *Revista Psicologia Política*, Florianópolis, v. 19, n. 46, p. 475-488, 2019.
- BARROS, J. P. P. et al. “Pacificação” nas periferias: discursos sobre as violências e o cotidiano de juventudes em Fortaleza. *Revista de Psicologia*, Fortaleza, v. 9, n. 1, p. 117-128, 2018.
- BENÍCIO, L. F. S. et al. Necropolítica e pesquisa-intervenção sobre homicídios de adolescentes e jovens em Fortaleza, CE. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, DF, v. 38, p. 192-207, 2018.
- BORGES, J. *O que é encarceramento em massa?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- BUTLER, J. *Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- BUTLER, J. *A vida psíquica do poder: teorias da sujeição*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- BUTLER, J. *Vida precária: os poderes do luto e da violência*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
- CARNEIRO, S. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- CAVALCANTE, C. O. B. “*Humanos Indireitos?*”: modos de subjetivação de adolescentes e jovens a quem se atribui o cometimento de ato infracional. 2020. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.
- CASTRO, E. *Vocabulo de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- CEARÁ. Assembleia Legislativa. *Meninas no Ceará: a trajetória de vida de vulnerabilidades de adolescentes vítimas de homicídios*. Fortaleza: Qvalygraf, 2021.
- CLARKE, C. *Vivendo como uma lésbica*. Rio de Janeiro: A Bolha, 2021.
- CIPRIANI, M. Segregação sócio-espacial e territorialidades do tráfico de drogas: as “*facções criminais*” diante do espaço urbano. *Conversas & Controvérsias*, Porto Alegre, v. 3, n. 2, p. 5-28, 2017.
- CONNELL, R. W.; MESSERSCHMIDT, J. W. Hegemonic masculinity: rethinking the



- concept. *Gender & Society*, Oakland, v. 19, n. 6, p. 829-859, 2005.
- DIÓGENES, G. M. S. *Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e movimento hip hop*. São Paulo: Annablume, 2008.
- DIÓGENES, G. M. S. Cidade, arte e criação social: novos diagramas de culturas juvenis da periferia. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 34, n. 99, p. 373-389, 2020.
- FIORAVANTI, L. M. Reflexões sobre o “direito à cidade” em Henri Lefebvre: obstáculos e superações. *Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais*, Recife, v. 2, n. 2, p. 173-184, 2013.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade do saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1998.
- GUATTARI, F.; ROLNIK, S. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 2013.
- GOMES, F. M. T. Diálogos necessários: pensamento lésbico contemporâneo. *Revista brasileira de estudos da homocultura*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 108-115, 2019.
- GOMES FILHO, A. S. et al. E quando as bichas, sapatão, travas e trans caminham pelas ruas? Os emblemas sociais da caminhabilidade no Brasil. *Sociologia Plurais*, Curitiba, v. 7, n. 1, p. 276-297, 2021.
- GOMES FILHO, A. S.; NUNES, L. F.; LAVOR FILHO, T. L. A escrevivência do corpo na composição de experiências de dissidências de gênero decoloniais. *Revista Bagoas – Estudos Gays: gênero e sexualidade*, Natal, v. 14, n. 22, p. 123-154, 2021.
- LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.
- LIMA, F.; GAMBETTA, J. B. “Parem de nos matar”: a bionecropolítica genderezada e a persistência de mulheres indígenas e negras na América Latina. *Gênero*, v. 20, n. 2, p. 85-109, 2020.
- LIMA, F. Raça, interseccionalidade e violência: corpos e processos de subjetivação em mulheres negras e lésbicas. *Cadernos de gêneros e diversidade*, Salvador, v. 4, n. 2, p. 66-82, 2018.
- LOURAU, R. *Análise Institucional e práticas de pesquisa*. Rio de Janeiro: UERJ, 1993.
- MARINHO, C. H. Juventudes: trajetórias, experiência e reconhecimento em tempos de crise da sociedade do Capital. *Revista de Políticas Públicas*, São Luís, v. 20, p. 295-304, 2016.
- NUNES, L. F.; BARROS, J. P. P. Crossings of urban violence in the life trajectories of adolescents deprived of freedom. *Trends in Psychology*, [s. l.], p. 1-20, 2022.
- NUNES, L. F. et al. Violência contra mulheres no Ceará em tempos de pandemia de COVID-19. *Revista Feminismo*, Salvador, v. 9, n. 1, p. 262-289, 2021.
- PAIVA, L. F. S. “Aqui não tem gangue, tem facção”: as transformações sociais do crime em Fortaleza, Brasil. *Caderno CRH*, Salvador, v. 32, n. 85, p. 165-184, 2019.
- PASSOS, E.; KÄSTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2015.
- PINHEIRO, D. A. L.; BAPTISTA, L. A. S. Atlas narrativo de vidas na rua: experimentações éticas de uma metodologia. *Educação em Perspectiva*, Viçosa, v. 10, p. 1-13, 2019.
- SÁ, L. D.; AQUINO, J. P. D. A “guerra das facções” no Ceará (2013-2018): socialidade armada e disposição viril para matar ou morrer. In: ENCONTRO ANUAL DA



ANPOCS, 42., 2018, Caxambu. *Anais* [...]. São Paulo: Anpocs, 2018.

SOUSA, I. S.; NUNES, L. F.; BARROS, J. P. P. Interseccionalidade, femi-geno-cídio e necropolítica: morte de mulheres nas dinâmicas da violência no Ceará. *Psicologia Política*, v. 20, n. 48, p. 370-384, 2020.

VALENCIA TRIANA, S. *Capitalismo gore*. Espanha: Melusina, 2010.

